



## **Atuação dos agentes da educação na formulação do Novo Ensino Médio**

### *Performance of education agents in the formulation of new High School*

**Beatriz Panazzo de Araujo<sup>1</sup>, Suelen Batista de Souza<sup>2</sup>**

Autor correspondente: Suelen Batista de Souza - *E-mail:* [suhbsouza@gmail.com](mailto:suhbsouza@gmail.com)

#### **RESUMO**

A atuação de agentes políticos influencia a definição e os rumos da agenda governamental e, conseqüentemente, a formulação de políticas públicas. Portanto, tendo em vista a importância desses agentes para o rumo adotado nas políticas públicas, pretende-se analisar a sua participação na Medida Provisória nº 746/2016, referente à Reforma do Ensino Médio. Desse modo, a pesquisa objetiva identificar os agentes do setor público e privado - em especial, os grupos empresariais educacionais - que atuaram na formulação desta política educacional; compreender a relação estabelecida entre ambos os agentes; e, por fim, construir uma rede de políticas públicas, mapeando as interações que os agentes estatais estabeleceram entre si e com os atores externos à instituição de modo a identificar o papel dos agentes privados na nova configuração de governança possibilitada pelas redes. Desse modo, a proposta metodológica foi pautada no estudo qualitativo e quantitativo com base nos pressupostos teórico-metodológicos de redes de políticas públicas. Para isso, foi feito o levantamento documental de fontes primárias e secundárias, o qual consistiu, respectivamente, na leitura da MP nº 746/2016 e das 568 emendas propostas, além da votação nominal ao final do processo de formulação desta política pública, e na coleta de informações nas notícias veiculadas no jornal Folha de São Paulo entre o período de 2016 a 2017. A partir dos resultados obtidos em ambas as etapas da pesquisa, é possível perceber uma aproximação entre o discurso adotado pelos parlamentares nas emendas propostas por eles, em seu posicionamento durante a votação no Senado para que a MP nº 746/2016 se convertesse em lei e nas interações que estabeleceram entre si durante o processo.

**PALAVRAS-CHAVE:** Agentes da educação; Grupos empresariais privados educacionais; Medida Provisória nº 746/2016; Política pública educacional; Rede de políticas públicas; Reforma do Ensino Médio.

#### **ABSTRACT**

Political agents affect the definition and direction of government agenda and, consequently, the formulation of public policies. Owing to their importance for the direction in public policies, their participation in the Provisional Measure 746/2016 on the reform of the Brazilian High School is analyzed. Agents of the public and private sector, particularly the educational business groups, are identified. Current research aimed at identifying the agents in the formulation of this type of educational policy; understand the relationship between agents; and build a network of public policies, mapping the interactions that state agents have established with each other and with the protagonists outside the institution to identify the role of private agents in the new configuration of governance made possible by the networks. Methodology foregrounded a qualitative and quantitative study based on the theoretical and methodological assumptions of public policy networks. A documentary survey of primary and secondary sources was made, namely, MP 746/2016 and the 568 proposed amendments, coupled to

<sup>1</sup> Graduanda na Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) em Ciências Sociais, bolsista PIBIC no Grupo de Estudos e Pesquisa em Avaliação e Políticas Educacionais (GEPALÉ). Pesquisa produzida com o apoio de bolsa do CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico) nos últimos dois meses de pesquisa, de julho a agosto de 2022.

<sup>2</sup> Doutoranda em Educação na Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Pesquisadora do Grupo de Estudos e Pesquisa em Avaliação e Políticas Educacionais (GEPALÉ).

the nominal vote at the end of the process of formulating the public policy, and in the collection of information in the news published in the *Folha de São Paulo* between 2016 and 2017. Results obtained in the two stages of the research showed an approach between the discourse adopted by parliamentarians in the amendments proposed during the vote in the Senate so that MP 746/2016 would become law, and in interactions they established with each other during the process.

**KEYWORDS:** Education agents; Educational public policy; High School Reform; Private educational business groups; Provisional Measure 746/2016; Public policy network.

## INTRODUÇÃO

O processo de formação da agenda é um aspecto fundamental na formulação de políticas públicas na medida em que se relaciona com assuntos ou problemas vistos como importantes em certo momento devido à movimentação dos atores políticos. Desse modo, a agenda se caracteriza como um “conjunto de discussões políticas, entendidas como questões legítimas e que chamam a atenção do sistema político” (COBB; ELDER, 1971 *apud* CAPELLA, 2018, p. 28). Entram para a agenda governamental aquelas discussões tidas como importantes pelos tomadores de decisão e que, portanto, despertam a atenção e o interesse dos formuladores de políticas públicas (COBB; ELDER, 1971; KINGDON, 2003 *apud* CAPELLA, 2018).

A questão que se coloca, então, é como um problema se torna, ou não, alvo de interesse para a formulação de políticas públicas? Como mencionado anteriormente, a ação política de atores pauta a definição desses problemas -

assim como a discussão em torno destes. Dessa forma, a atuação de agentes políticos, internos ou externos ao aparelho estatal, deve ser analisada cuidadosamente ao passo que irá nortear o rumo da política.

Uma arena que passou pela complexa fase da formação da agenda e envolveu grupos sociais foi a proposta do Novo Ensino Médio a nível nacional. Em setembro de 2016, a Medida Provisória (MP) nº 746 foi adotada, com o parecer do então Presidente da República Michel Temer (MDB<sup>3</sup>). Essa MP

Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional [LDB], e a Lei nº 11.494 de 20 de junho 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (BRASIL, 2016).

Assim, a MP nº 746 também propôs mudanças na estrutura do Ensino Médio através da criação da Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo

<sup>3</sup> Sigla do partido Movimento Democrático Brasileiro.

Integral. Após tramitação no Congresso Nacional, momento no qual foram propostas 568 emendas, a MP em questão foi convertida na Lei nº 13.415/2017 com 43 votos a favor e 13 contrários.

A partir dessas questões, nesta pesquisa, é proposta a análise do processo de formulação da MP nº 746/2016, a partir dos agentes políticos, em especial aqueles ligados a grupos empresariais privados educacionais. Desse modo, a pergunta é como esses agentes atuaram no processo de formulação desta política pública educacional. Considerando que as discussões acerca de uma reformulação do Ensino Médio já estavam presentes na agenda governamental há alguns anos, foi feita a escolha de delimitação da análise, entre os anos de 2016 a 2017, abarcando, assim, desde a MP nº 746/2016 até a sua aprovação enquanto lei.

A partir dessa abordagem, entende-se que será possível a reflexão sobre os interesses envolvidos nesta política educacional para além dos expressos no documento legal (FERRETTI, 2018). De modo que seja possível explicitar a importância de olhar para os agentes da educação e, com enfoque nos grupos empresariais privados, será traçado um breve panorama dos caminhos adotados na

formulação da política pública aqui tratada.

A MP nº 746/2016 teve como proposta base o Projeto de Lei nº 6840/2013, apresentado pela Comissão Especial da Comissão de Educação da Câmara dos Deputados. Na elaboração deste PL, se notava uma

[...] intensa atuação de setores da sociedade civil identificados com o empresariado nacional que, há tempos, inclusive nos governos do PT [Partido dos Trabalhadores], vêm exercendo forte influência sobre o MEC [Ministério da Educação], no sentido de adequar a educação brasileira a seus interesses, entre eles os de natureza financeira (FERRETTI, 2018).

Na formulação da MP nº 746/2016, esta atuação dos grupos empresariais privados educacionais também é perceptível. Uma forma de explicitar essa atuação é que essa medida provisória utiliza de propostas presentes no documento Educação em Debate: Por um salto de qualidade na Educação Básica, que foi organizado pelo grupo Todos Pela Educação em 2013 tendo por parceria o Instituto Unibanco (QUADROS; KRAWCZYK, 2019) - tais como a flexibilização curricular, expansão do ensino profissional e aumento da carga horária (QUADROS; KRAWCZYK, 2019). Além disso, “oito das vinte e quatro pessoas registradas nas programações das

audiências [públicas para discussão da MP] pertencem a grupos empresariais ou do terceiro setor ligado a instituições privadas” (QUADROS; KRAWCZYK, 2019, p. 42).

Desse modo, temos a presença de grupos empresariais educacionais atuando na definição de finalidades e concepções que orientam os processos escolares. Quando a MP nº 746/2016 é convertida na Lei nº 13.415/2017, há a consolidação desta atuação na medida em que a lei institucionaliza as propostas curriculares defendidas por estes agentes da educação.

Nesse sentido, o objetivo geral colocado pela pesquisa é a análise da MP nº 746/2016 e as emendas propostas a partir da atuação dos agentes políticos participantes da formulação dessa política e a sua ligação a grupos empresariais privados educacionais. Com isso, os objetivos específicos são:

- Identificar os agentes políticos do setor público que atuaram na formulação da política educacional referente à MP nº 746/2016;
- Compreender a relação estabelecida entre estes agentes e os agentes do setor privado;
- Construir rede de políticas públicas, mapeando as

interações dos agentes estatais entre si e com os agentes do setor privado de modo a identificar e analisar o papel destes na formulação desta política pública.

Diante desta breve introdução, é possível perceber a importância de pesquisar os agentes envolvidos na formulação de uma política pública de modo a buscar compreendê-la em sua abrangência política. Nesse sentido, analisar a MP nº 746/2016 a partir da atuação dos agentes políticos e sua relação com os agentes privados permite observar um panorama da formulação desta política educacional na medida em que torna possível compreender quais os rumos adotados na discussão desta pauta na agenda governamental. Por isso, é necessária a identificação desses agentes, o mapeamento de suas interações entre si e com o Estado, além da identificação de qual foi seu papel na formulação dessa política pública.

## 2 METODOLOGIA

A proposta metodológica é pautada no estudo qualitativo e quantitativo com base nos pressupostos teórico-metodológicos de redes de políticas públicas que busca explicar “o relacionamento entre o

Estado e os diferentes grupos que buscam influenciar a produção de políticas públicas, por um lado, e o interesse do próprio Estado em obter o apoio desses grupos” (CAPELLA; BRASIL, 2015, p. 62).

A elaboração e implementação de políticas, portanto, passam por importantes esferas governamentais compostas por atores relevantes que possuem autoridade ou influência que afeta o percurso da proposta. Os atores muitas vezes possuem redes políticas que podem influenciar nas ações sobre determinados assuntos dentro do contexto político (MASSARDIER, 2006).

Olmedo (2016) analisa que a rede política, em crescente movimentação com políticas públicas e setores governamentais, ganha duplo sentido, ou seja, pode ser utilizada enquanto metodologia de análise para observar as comunidades políticas e suas relações, assim como também pode ser utilizada como instrumento conceitual que traz mudanças na forma de governança na área da educação a nível local e global. Portanto, os atores se unem por ideais e/ou interesses em comum e se articulam em prol deles movimentando recursos, influência, contatos e decisões com possibilidades de expansão ou retração das redes.

Ao analisar políticas, importa que sejam realizadas observações de

sistemas e sistêmicas, combinando o questionamento acerca de como as decisões são tomadas nas organizações governamentais, qual o sistema de elaboração e implementação política, os arranjos institucionais traçados, assim como compreender qual o papel do Estado e o seu relacionamento com a sociedade. Portanto, a definição de problemas se baseia em resultados de processos de escolhas, feitas por grupos sociais, referentes a questões presentes na arena política (COBB; ROCHEFORT, 1994 *apud* CAPELLA, 2018).

Nesse sentido, foi proposta a construção da rede de relações entre os grupos empresariais privados educacionais e os agentes estatais, os quais participaram da tramitação da MP nº 746/2016. Para tanto, foi feito o levantamento documental, tendo em vista a estabilidade de dados presente nos documentos (GIL, 2002). Esse levantamento, por sua vez, consistiu em duas etapas: levantamento de fontes primárias e de fontes secundárias.

O levantamento documental de fontes primárias foi feito através da leitura da MP nº 746/2016 e das 568 emendas propostas, além da votação nominal ao final do processo de formulação desta política pública. Após a conclusão desta etapa, o objetivo era obter visão geral do processo de

elaboração dessa política, das mudanças que sofreu antes de se converter na Lei nº 13.415/2017 e do posicionamento dos agentes políticos durante todo o processo.

Já o levantamento das fontes secundárias consistiu na coleta de informações nas notícias veiculadas no jornal Folha de São Paulo.<sup>4</sup> O período analisado foi o de 2016 a 2017, referente à duração da tramitação da MP nº 746/2016 até ser convertida na Lei nº 13.415/2017.

Após o levantamento documental das fontes primárias e secundárias, os dados coletados foram transcritos para o *software NodeXL* a fim de gerar a rede de políticas públicas referente aos agentes políticos, mais especificamente àqueles relacionados ao empresariado, participantes da formulação da MP nº 746/2016, que, posteriormente, daria origem à Lei nº 13.415/2017. Desse modo, a rede possibilitou a visualização das interações destes agentes entre si e com o Estado no processo de formulação desta política, mostrando seu grau de envolvimento e a influência dos agentes privados no processo.

### 3 RESULTADOS

Como forma de melhor organizar este artigo, os resultados obtidos foram separados durante o levantamento de análise documental e o levantamento de rede política. Desse modo, serão apresentados primeiro os resultados obtidos através da leitura e análise da MP nº 746/2016 e de suas emendas e, depois, os resultados referentes à rede de políticas públicas.

Para a análise documental, foi realizada a leitura das 568 emendas propostas em relação a possíveis alterações da redação da MP nº 746/2016. Algo que se destaca é o discurso adotado pelos parlamentares e seus respectivos partidos políticos tanto em relação às propostas feitas quanto ao vocabulário usado nas justificativas. Nesse sentido, de modo a traçar um paralelo entre o discurso adotado e o espectro político em que o parlamentar - e, para além dele, seu partido - se encontra, os partidos políticos foram categorizados em: extrema-esquerda, esquerda, centro-esquerda, centro, centro-direita, direita e extrema-direita. Essa categorização teve como base a pesquisa realizada pelo Laboratório de Partidos Políticos e

---

<sup>4</sup> Embora tanto no projeto de pesquisa quanto no relatório anterior a ideia apresentada fosse mapear as relações dos agentes políticos através de variados portais de notícias de grande circulação e das redes sociais destes mesmos agentes, a grande quantidade de

agentes envolvidos e notícias encontradas não possibilitou que isso se concretizasse antes do período de encerramento da pesquisa. Desse modo, o levantamento secundário se limitou a analisar as notícias encontradas no *site* Folha de São Paulo.

Sistemas Partidários da UFPR, em 2018, e foi feita pelo entendimento de que localizar os agentes políticos - e, conseqüentemente, seus discursos - dentro deste espectro contribui para o mapeamento dos interesses que defendem.

Com isso, foi observado que, em justificativas de emendas propostas pelo Partido dos Trabalhadores (PT) e pelo Partido Socialismo e Liberdade (PSOL) - partidos de esquerda e extrema-esquerda, respectivamente -, utilizaram-se das palavras “autoritário” e “antidemocrático” para se referir à MP nº 746/2016 na medida em que não permite um amplo debate com a sociedade. A palavra “golpe” também foi usada para descrevê-la.

Além disso, em emendas propostas pelo Partido Comunista do Brasil (PCdoB), categorizado como extrema-esquerda, nota-se a preocupação da possível transformação do Ensino Médio em ensino profissionalizante, a qual se daria por meio da separação do itinerário formativo de formação técnica e profissional dos demais. Na mesma linha, o Partido Democrático Trabalhista (PDT) e o PT - ambos partidos de esquerda - criticam a volta da dualidade entre o ensino voltado para o preparo para o Ensino Superior e o profissionalizante. Desse modo,

reforçam o argumento de que essa dualidade é reflexo

de uma divisão social imposta pela sociedade capitalista e desigual, onde os pobres precisam colocar seus filhos para trabalhar ainda na infância e/ou na adolescência, e que apenas os filhos dos ricos teriam condições temporais e intelectuais para assimilação de conhecimentos mais complexos (SANT’ANA; SILVA; LEMOS, 2018, p. 71).

Em contrapartida, o Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), o Progressistas (PP) e o MDB - todos partidos de direita - seguem a linha educacional neoliberal ao proporem a inclusão do empreendedorismo no currículo, seja como um tema transversal ou na grade curricular propriamente dita. De formas diferentes, o argumento contido em suas propostas é o da “necessidade de formar crianças e jovens para a economia do século XXI, o que implica a constituição de sujeitos capazes de participar ativamente da lógica da concorrência” (ALVES; KLAUS; LOUREIRO, 2021, p. 6).

Outro ponto interessante a ser analisado é a disparidade numérica entre as propostas referentes à volta da obrigatoriedade das matérias de Educação Física, Artes, Sociologia e Filosofia. Após levantamento (Anexo I), foi constatado que enquanto a obrigatoriedade de Educação Física

apareceu em 53 emendas diferentes, as emendas propondo a obrigatoriedade de Artes e Sociologia e Filosofia apareceram em números inferiores: 35 e 13, respectivamente. O que mais chama a atenção é que, embora os partidos de esquerda - e, aqui, os categorizados como “centro-esquerda” também entram na análise - tiveram maior participação em todas as emendas referentes a este assunto, o envolvimento dos partidos de direita - englobando também os de extrema-direita - foi maior nas emendas referentes à obrigatoriedade do ensino de Educação Física, correspondendo a cerca de 34% do total. Enquanto nas referentes à obrigatoriedade de Artes e Sociologia e Filosofia, esses partidos tiveram uma participação correspondente a, aproximadamente, 11% e 7,8%, respectivamente. Tendo em vista essa disparidade, foi levantada a hipótese de que a mesma pode estar relacionada ao discurso construído e reproduzido pelos agentes políticos e seus respectivos partidos em relação à relevância dessas matérias para os estudantes.

Para a análise de redes políticas, há grande número de agentes políticos envolvidos no processo de formulação da MP nº 746/2016 (158 no total) somada à grande quantidade de notícias referentes a alguns desses agentes e, por isso, não foi possível

construir a rede política destes abrangendo todos os componentes presentes e com a abrangência real possibilitada. Desse modo, serão apresentadas as informações que foram coletadas até o fim dessa pesquisa no início do primeiro semestre de 2022 com um recorte de notícias diretamente ligadas aos agentes e à MP analisada. As informações foram coletadas por meio da leitura de notícias, publicadas no *site* do jornal Folha de São Paulo entre 2016 e 2017, envolvendo os agentes políticos acima mencionados.

A partir da construção parcial da rede de políticas públicas (Anexo III), foi possível perceber grande articulação em torno de Aécio Neves (PSDB) e Michel Temer (MDB). Uma hipótese levantada para tal fato é o contexto político brasileiro entre 2016-2017: com o processo e, posteriormente, a efetivação do *impeachment* de Dilma Rousseff (PT), ambos os agentes ficaram em evidência - Neves por ser considerado, na época, o líder da oposição e Temer por assumir o cargo de Presidência da República do Brasil.

Neste primeiro momento, a maioria das relações mapeadas diz respeito a reuniões e jantares que os agentes atenderam com o objetivo de discutir as políticas a serem adotadas no novo governo que se iniciava. Contudo, é possível observar a

presença de algumas empresas também. Neves recebeu dinheiro para sua campanha presidencial, em 2014, das empresas Odebrecht, Andrade Gutierrez, OAS, Camargo Corrêa e Queiroz Galvão. Todas as empresas citadas possuem programas na área educacional voltados, em especial, para a capacitação da mão de obra e para ações em escolas públicas - como reformas para melhorar a infraestrutura do colégio. Apesar da existência destes programas, não foi achada, até o momento, uma ligação direta entre essas empresas e a Reforma do Ensino Médio.

Já nas relações com Temer, temos a presença da Fundação Ulysses Guimarães (FUG), responsável pela elaboração do projeto de governo para as áreas social e de educação do governo de Michel Temer - o projeto foi chamado de "Travessia Social". Esse projeto já conta com a nova proposta para o Ensino Médio, apresentada através da MP nº 746/2016. Nesse sentido, é interessante observar que a reformulação do Ensino Médio é pautada na proposta de uma organização privada, ainda que sem fins lucrativos.

Além disso, Ilan Goldfajn, presidente do Banco Central no governo Temer e economista chefe do Itaú, aparece, indiretamente, nas

relações de Temer. Embora Goldfajn não tenha participado diretamente da formulação da Reforma do Ensino Médio, em entrevista à CNN em 2017, apontou a reforma como uma política econômica e a colocou no rol de medidas adotadas responsáveis sobre um maior otimismo de investidores estrangeiros em relação à economia brasileira.

#### 4 DISCUSSÃO

Acerca da análise documental, é possível notar os variados discursos e interesses defendidos tanto pelos agentes quanto pelos partidos presentes na tramitação da MP nº 746/2016. Essa questão se torna ainda mais evidente ao analisar a votação desta política pública para a sua transformação em lei (Anexo II).

De 59 senadores, os quais são filiados a partidos de direita - sem distinção entre extrema-direita, direita e centro-direita -, 42 votaram a favor da MP nº 746/2016; os demais, ou não estavam presentes ou não registraram votos, porém nenhum votou contrário a essa política educacional. Do outro lado, o contrário também é verdadeiro: dos 19 senadores filiados a partidos de esquerda - também sem nenhuma distinção-, 11 votaram contrários a essa MP e não foi registrado nenhum voto a favor da mesma. Já em relação aos

partidos de centro, dos dois senadores presentes, um não registrou voto e o outro votou contra.

No que tange às redes políticas, é importante observar, a partir da fala de Ilan Goldfajn, a caracterização da reforma do Novo Ensino Médio como uma política econômica, e não educacional, assim como compreender as motivações para tal.

## 5 CONCLUSÃO

A partir dos resultados obtidos em ambas as etapas da pesquisa, é possível perceber uma aproximação entre o discurso adotado pelos parlamentares nas emendas propostas por eles, em seu posicionamento durante a votação no Senado para que a MP nº 746/2016 se convertesse em lei e nas interações que estabeleceram entre si durante o processo.

Essa aproximação é notada na medida em que as relações estabelecidas se dão, na maioria dos casos, entre parlamentares do mesmo espectro político - as exceções foram com Gleisi Hoffmann (PT) e Lindbergh Farias (PT), ambos se relacionaram com Ronaldo Caiado (DEM) e Hoffmann, com Magno Malta (PL), porém estas relações foram discussões no Senado. O fato de os parlamentares se relacionarem, majoritariamente, com aqueles dentro de seu espectro político

pode explicar a unidade política apresentada tanto nos discursos adotados nas emendas propostas quanto na votação para que a MP nº 746/2016 se convertesse em lei - como apresentado anteriormente na seção de resultados do levantamento de fontes primárias. Essa hipótese se torna ainda mais forte se forem consideradas as relações mapeadas até então que dizem respeito, em sua grande maioria, a reuniões e jantares que os agentes políticos atenderam com o intuito de discutir as políticas a serem adotadas no governo Temer.

Ademais, apesar de a rede de políticas públicas estar em construção, é possível observar a presença de agentes privados, como a FUG, que se relaciona com o então presidente Michel Temer e, para além disso, participa ativamente na construção do projeto político para seu governo, inclusive para a área educacional. Desse modo, nota-se a influência deste agente na formulação da MP nº 746/2016 na medida em que “Travessia Social” contava com uma reforma no Ensino Médio a partir de uma reestruturação curricular, possibilitando que o estudante se dedique ao estudo profissionalizante - pontos presentes na referida medida provisória.

Com a pesquisa foi possível cumprir os objetivos de pesquisa e perceber quais os atores envolvidos no

processo de formulação política, a relação com os atores da esfera privada e a construção, mesmo que parcial, da rede política envolvida na tramitação da MP nº 746/2016.

Embora o discurso presente no projeto político convirja com o apresentado por outros parlamentares do mesmo espectro político, observado nas emendas propostas e na votação no Senado, ainda é cedo para concluir que esta narrativa e a influência de grupos empresariais educacionais estejam presentes somente no campo político da direita. Isso se dá, justamente, pelo fato da rede não estar completa, sendo necessário, portanto, concluí-la para realizar uma análise mais precisa sobre a presença e influência de agentes privados na formulação da MP nº 746/2016.

## REFERÊNCIAS

- ALVES, A.; KLAUS, V.; LOUREIRO, C. B. Do sonho à realização: pedagogia empreendedora, empresariamento da educação e racionalidade neoliberal. **Educação e Pesquisa**, v. 47, p. e226115, 2021. DOI: 10.1590/S1678-4634202147226115. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/ep/article/view/190005>. Acesso em: 19 jul. 2022.
- BOLOGNESI, B.; RIBEIRO, E. A.; CODATO, A. Esquerda, centro ou direita? Como classificar os partidos no Brasil. **Observatório das Eleições**, 2020. Disponível em: <https://observatoriodaseleicoes.com.br/esquerda-centro-ou-direita-como-classificar-os-partidos-no-brasil/>. Acesso em: 14 jul. 2022.
- BORGES, H. Sob aplausos do mercado financeiro, empresários já lucram com Reforma do Ensino Médio. **The Intercept**, 2017. Disponível em: <https://theintercept.com/2017/10/20/so-b-aplausos-do-mercado-financeiro-empresarios-ja-lucram-com-reforma-do-ensino-medio/>. Acesso em: 09 set. 2022.
- BRASIL. Poder Executivo. Medida Provisória nº 746, de 22 de setembro de 2016. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Diário Oficial da União**, Poder Legislativo, Brasília, 23 set. 2016a, Seção I, p. 1.
- CAPELLA, A. C. N. **Formulação de políticas públicas**. Brasília: Enap, 2018. p. 13-70.
- CAPELLA, A. C. N.; BRASIL, F. G. Análise de políticas públicas: uma revisão da literatura sobre o papel dos subsistemas, comunidades e redes. **Novos estudos CEBRAP**. São Paulo, n. 101, 2015, p. 57-76.
- CONGRESSO NACIONAL. Congresso Nacional. **Medida Provisória nº 746, de 2016** (Reformulação do Ensino Médio). Disponível em: <https://www.congressonacional.leg.br/materias/medidas-provisorias/-/mpv/126992#:~:text=Determina%20que%20o%20ensino%20de,as%20facultativas%20no%20ensino%20m%C3%A9dio>. Acesso em: 14 jul. 2022.
- CRUZ, D. L. V. Temer propõe bônus por mérito para professores em plano para área social. **Folha de S. Paulo**, 2016. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2016/04/1765484-temer-propoe-bonus-por-merito-para-professores-em-plano->

para-area-social.shtml. Acesso em: 10 set. 2022.

**Revista**, Belo Horizonte, v. 34, n. 214130, p. 1-15, 2018.

FERRETTI, C. J. A reforma do Ensino Médio e sua questionável concepção de qualidade da educação. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 32, n. 93, p. 25-42, ago. 2018. Disponível em: [https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-40142018000200025](https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142018000200025). Acesso em: 9 abr. 2021.

*Recebido em: 11/10/2022*

*Aceito em: 29/11/2022*

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4ª ed. São Paulo: Atlas, 2002. p. 45-47.

MASSARDIER, G. Redes de política pública. In: SARAIVA, E.; FERRAREZI, E. (org.). **Políticas públicas**. Brasília: ENAP, 2006. Disponível em: [https://repositorio.enap.gov.br/bitstream/1/1267/1/cppv2\\_0402\\_massardier.pdf](https://repositorio.enap.gov.br/bitstream/1/1267/1/cppv2_0402_massardier.pdf). Acesso em: 27 jul. 2022.

OLMEDO, A.; WILKINS, A. Governing through parents: a genealogical enquiry of education policy and the construction of neoliberal subjectivities in England. **Discourse: Studies in the Cultural Politics of Education**, v. 38, n. 4, p. 573-589, 10 fev. 2016. <http://dx.doi.org/10.1080/01596306.2015.1130026>.

QUADROS, S. F.; KRAWCZYK, N. O ensino médio brasileiro ao gosto do empresariado. **Políticas Educativas**, Paraná, v. 12, n. 2, p. 36-47, 2019.

SANT'ANA, W. P.; SILVA, H. B.; LEMOS, G. C. Ensino médio integrado à educação profissional: algumas concepções. **Tecnia**. v. 3, n. 1, 2018, p. 66-87.

SILVA, M. R. A BNCC da Reforma do Ensino Médio: o resgate de um empoeirado discurso. **Educação em**